

ÁFRICA – ALGUMAS ACHEGAS PARA UM DEBATE SOBRE UMA LUSOFONIA SÓCIO-CULTURAL*

PIRES LARANJEIRA

Haverá duas espécies de lusofonia: a) a dos usuários da língua portuguesa, empírica e objectivamente definível; b) a da institucionalização de órgãos e entidades oficiais, oficiosas e outras, que, por intermédio de projectos, procuram alargar e fortalecer o alcance da língua portuguesa no mundo e, em simultâneo, propor vias de instauração de uma comunidade de interesses políticos, económicos e culturais. Pensemos numa terceira: uma lusofonia sócio-cultural.

A língua portuguesa, nos diversos usos literários, apresenta uma diversidade, uma riqueza e uma eloquência que não necessitam de ratificação por qualquer legislação canónica proveniente de algum dos centros mundiais de poder cultural, nomeadamente dos *States* (veja-se o "cânone ocidental", literário, de Harold Bloom, rasurador de povos, países, línguas e escritores). Todavia, e já que referimos a questão do cânone literário, convém ressaltar que, mesmo no Brasil, onde aparentemente esse cânone estaria dado como estável e sem grande contestação de fundo, surgiu, em 1997, o livro sobre o "cânone colonial", de Flávio R. Kothe, no qual o autor contesta radicalmente o primado da literatura portuguesa (desde a Carta de Caminha) para a construção do cânone literário brasileiro, o que recalcaria a verdadeira assunção da diversidade literária, cultural e linguística que está na formação da

* Texto escrito propositadamente para a revista, muito diferente da intervenção oral no colóquio sobre a lusofonia promovido pela Universidade Aberta.

nação brasileira (visto que autores, por exemplo, como Jean de Léry ou Hans Staden merecem nos manuais somente brevíssimas notas, por vezes de rodapé). Todavia, estes referidos autores, tal como Caminha, Anchieta, Gândavo ou Francisco Soares, representam uma escrita exógena, luso-brasileira (mais lusa do que brasilica), de descrição de aspectos do Brasil e não propriamente uma literatura genuína e legitimadora de um cânone autonómico, bem pelo contrário, um enfeudamento estético-literário, em graus variados, aos poderes (e seu cortejo de dominações e desmandos) que comandaram a vida cultural de matriz lusiada.

Os escritores das literaturas angolana, cabo-verdiana, moçambicana, são-tomense e guineense, escritas em português, têm procurado libertar-se do "cânone colonial" (assente primordialmente na literatura portuguesa da expansão e do descobrimento do outro e, já no século XX, na literatura propriamente colonial) e também dos modelos portugueses e ocidentais que, de algum modo, lhes fizessem lembrar os diversos tipos de dominação, incluindo a cultural.

É evidente, por outro lado, que essa denodada tentativa de fuga às influências eurocéntricas das instituições literárias estava limitada, à partida, pelo facto de se efectuar na própria língua do colonizador. Ainda que os escritores, sobretudo os vincadamente nacionalistas, e, destes, os reivindicadamente revolucionários (no sentido marxista-leninista), optassem pelo aproveitamento de fundos e fórmulas da oralidade, da cultura ancestral africana, da história endógena dos seus povos, das teologias anti-imperialistas e anti-coloniais e das temáticas castiças ou anti-ocidentais, denegando temáticas e formas europeizantes, é certo que o domínio da língua portuguesa, a aprendizagem escolar e as leituras continuadas em português lhes forneceram um manancial de (in)formação que acabou por reflectir nos processos de escrita, aqui e ali, um derrame, mesmo que, por vezes, involuntário, do imaginário português e europeu, se bem que, podemos acrescentar, naquilo que possui de *universalizante*.

Numa leitura atenta da obra de dois poetas angolanos dos mais representativos de uma opção anti-colonial e culturalmente de angolanidade popular (Agostinho Neto e Jofre Rocha, negros, altos dignitários do Estado angolano e edificadores da Nação em processo), encontramos persistentes marcas bíblicas (em Neto, destacadas por um Xosé Lois Garcia, no volume de estudos colectivo que lhe foi dedicado) e um soneto, este em quem menos se esperaria (Neto) e encontramos também, subrepticamente, as prosódias renascentista, barroca e neo-clássica, em quem se suporia eventualmente livre dela (em Jofre Rocha, sendo Leonel Cosme a chamar-nos a atenção para tal ocorrência). A poesia

concederia assim inteira razão à legitimidade de um espaço lusófono, que institucionalmente os próprios Estados desejam reiterar, finalmente livres de constrangimentos da guerra e de outros? Mais ainda: estaria também inequivocamente provada a existência de uma zona culturalmente "crioula" em Angola, zona de passagem, ou fenda, ou zona de cruzamento, entre, por um lado, a portugalidade, a brasilidade, a criouliidade, etc., e, por outro lado, a africanidade castiça, como quererão alguns?

Existe, isso sim, uma zona de conflitualidade de grupos, interesses, valores, poderes e hegemonias, longe da mirífica sociedade da "convivência crioula", que parece ser a retomada idílica do mito da coexistência pacífica numa sociedade *snob* erguendo-se sobre as indignações populares dos *descamisados*. A sociedade crioula é uma mistificação para acalentar consciências desesperadas, banidas de um processo que as não reconhece. Esse processo, violento (não necessariamente bélico), usa a lusofonia, como outros expedientes, para não deixar fugir oportunidades pragmáticas, mas nele reside uma consciência profunda de alteridade (histórica, ideológica, económica, cultural, sentimental, organizacional, imaginária, etc.) que não se compadece com ideias de lusofonia saídas de Brasília ou de Lisboa.

Teimosamente, por vezes raivosamente, contra as visões decorrentes dos diversos tipos de discurso, desde o da literatura da expansão ao das viagens, da etnografia, da epistolografia, dos relatórios, da literatura colonial, do exótico, da ultramarinidade, do lusotropicalismo, etc., as literaturas africanas foram erguendo discursos próprios, em língua portuguesa, a par das oraturas em línguas antiquíssimas. As populações dos novos países, por isso, não podem ser vistas como meros objectos da lusofonia. Antes de mais, em grande percentagem, são sujeitos da bantuofonia e de outras fonias. Urge apropriadamente pôr à disposição dos sujeitos os meios de lusofonia para os que os queiram usar, em democracia, em diálogo.

Já sabemos que, nesta civilização planetária (pesem os desníveis, as dominações e os interesses vários), pensa e actua melhor quem domina línguas e conceitos, meios e modos. Será a lusofonia um bom modo, um bom meio? Serve a lusofonia para dar a imagem aproximada dos africanos e seus problemas? Tiveram as literaturas africanas capacidade de exercer a crítica social sem auto-censuras, a crítica política com denodo, a reavaliação histórica sem preconceitos?

Podemos supor que as literaturas africanas são o verdadeiro repositório das imagens sobre África: uma África emersa em contradições, carências, poderes

vários, guerras, dominações e violências, mas também sequiosa e patenteadora de belezas, alegrias, esperanças, humores e divertimentos. Não se pode, finalmente, ter saudades do passado. Não se pode, decisivamente, dourar o paraíso ou a terra prometida. Resta-nos o muito trabalho, a solidariedade, a crítica sistemática, a razão esclarecida, as novas utopias, as reivindicações, o direito aos discursos, ou seja, o direito à palavra vária, à felicidade, ao sonho e ao exercício das opções.

Não têm os brasileiros, segundo Kothe, de seguir o cânone lusista da literatura brasileira, respeitando uma certa concepção de lusofonia. Não temos de ter qualquer complexo por relegar Tomaz Vieira da Cruz, contra os seus defensores angolanos (políticos, críticos ou poetas), para o plano secundário que merece, como poeta da terra, dos colonos e das mulatas, e defensor do franquismo. Não temos de admitir que o cânone angolano, mesmo contra a pena de pretensos defensores da integralidade da escrita angolana, deixe de passar pela lúcida, heróica e fundadora poesia de Agostinho Neto, pelos longos romances fundadores de Henrique Abranches e de Pepetela, pelos cómicos, ácidos e oralizantes escritos de Uanhenga Xitu. Do mesmo modo, admitamos que a recuperação herói-cômica da figura do moçambicano Ngungunhanhe por Ungulani Ba Ka Khosa, com recorrentes desrespeitos por tão heroicizada figura, é legítima, porque é sintoma de descomplexado advir de uma literatura que se permite gozar com os mitos nacionais.

Mas, para além disso, que lugar de representação têm os discursos em línguas que não se pronunciam e não se projectam fora das suas regiões? Como podemos falar em oralidade que penetra os textos de Mia Couto e de Luandino Vieira, quando nem sequer sabemos como falam os angolanos e os moçambicanos urbanos e muito menos como falam os outros? Deixemos os linguistas trabalhar. Precisamos de modéstia e de avaliar o que os diversos poderes políticos preparam nas caras e nas costas dos povos, sob pena de o nosso discurso se tornar uma benção para esses poderes, ao legitimar que os escritores "falam a linguagem do povo", quando, bem pelo contrário, nem, por vezes, os intelectuais (africanos ou de outras paragens) dedicados a estas problemáticas falam sequer uma linguagem para os jovens escritores africanos, além de outros, para os dessa comunidade intelectual ilusoriamente homogénea quando vista à distância, com sectores incapazes de entenderem questões delicadas e cruciais como a do cânone, agindo com ligeireza, para não dizer leviandade.

A lusofonia - e as imagens que fabricamos de África - poderão ser um meio de perpetuar, de reiterar poderes estabelecidos e outros que buscam estabele-

cimento. Propomos, por isso, que se leia um livro imprescindível para desfazer muitas ilusões, falsidades e estereótipos criados ao longo de séculos quanto à literatura brasileira, com implacável aplicação aos países africanos. Esse livro é: *O cânone colonial*, de Flávio R. Khote, publicado em Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997. Apliquemo-lo, por transposição, ao estudo avisado das literaturas africanas, com as devidas cautelas e analogias, com a consciência dos seus exageros e despropósitos, com a certeza de que poderemos, assim, desfazer alguns equívocos passadistas, colonialistas, neo-colonialistas, chauvinistas, e lusotropicalistas.

Devem, alguns, deixar de querer emprestar grandiosidade a poetas/homens que, pura e simplesmente, representaram ou pactuaram com a face mais hedionda do sistema colonial português: cooperaram, obtiveram prebendas, bateram-se contra a autonomia e a independência, calaram, fizeram contorcionismo para serem aceites como lusiadas. Esses contributos para a lusofonia não caberão nos cânones literários dos novos países ou, se couberem, teremos, mais tarde, um Flávio Khote angolano, moçambicano ou cabo-verdiano a verberar o sistema de falsificações histórico-literárias e estéticas. E, claro, é normal e compreensível que muitos escritores, hoje endeusados (em Portugal, Cabo Verde, Brasil ou na Galiza), amanhã constem apenas dos rodapés, tal como muitos políticos. Este tempo passará, mas todos os momentos são acertados para combater os fantasmas: os nossos e os dos outros. A história deverá fazer justiça, embora, às vezes, leve o seu tempo, demasiado.

Lusofonia, sim e não, sobretudo com especiais cautelas quanto a África (de que continuamos a pensar que, com dois livros publicados ou três estadias numa capital, percebemos do assunto, como se se tratasse de um *assunto*), sobretudo se pudermos pensar contra dominações, poderes novos e velhos, legitimação de genocídios culturais (ou outros), expansionismos, oportunismos, palavras de hipocrisia, ausência de valores éticos - que sabemos? Lusofonia, sim, mas com profunda e irrevogável consciência cívica em todos os domínios. Exige-se aos poderes políticos que, sendo soberanos e democráticos no seu exercício, exercitem a lusofonia cultural e afectiva que os cidadãos desejam. Mas, para a desejarem, precisam estes de estar conscientes dos meios que devem ter ao seu dispor: escolaridade razoável (obrigatória e efectiva), em português e noutras línguas, promoção cultural diversificada e generalizada, circulação ampla e generosa dos bens culturais, específicos e comuns, e, claro, elevação constante do nível do saber, da consciência, do sentido de comunidade lusófona, da solidariedade social e sócio-profissional e, finalmente, da solidariedade com os marginalizados.

Em suma: pensemos numa lusofonia cultural e político-institucional, mas igualmente social, ou seja, uma lusofonia sócio-cultural.

Pires Laranjeira é Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde rege, desde 1981, as cadeiras de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Colabora com a Universidade Aberta, onde, entre outras actividades, leccionou no Mestrado de Relações Interculturais e tem prestado assistência à cadeira de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Os últimos livros publicados foram: *Literaturas africanas de expressão portuguesa* (1995) e *A negritude africana de língua portuguesa* (1995).